



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 08 • 25 a 31/03/07 • ISSN1809-6182

Análise

15/09/2007 – Visita do Presidente Lula aos países nórdicosp.01

Entre os dias 09 e 14 de setembro de 2007, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez sua primeira visita aos Países Nórdicos - Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega – numa clara busca por novos parceiros .

Resenhas

13/09/2007 – Terremoto no Peru.....p.05

No dia 15 de agosto de 2007, um terremoto atingiu a Costa Sul do Peru deixando grande número de mortos e feridos. O governo, organizações internacionais e outros países estão tentando juntos diminuir os problemas, advindos da catástrofe, e ajudar a população das áreas atingidas.

18/09/2007 – Presidente da Turquia acusado de ameaça à secularização....p.08

Antes de sua eleição, o Presidente turco Abdullah Gul já tinha gerado controvérsias em alguns setores da sociedade turca, principalmente entre as elites seculares e os militares da Turquia. Em uma tradição fortemente laica, alega-se que o presidente possa levar uma agenda islâmica para o governo do país.

Visita de Lula aos países nórdicos

Análise
Segurança/Desenvolvimento
Joana Laura Marinho Nogueira
15 de setembro de 2007

Entre os dias 09 e 14 de setembro de 2007, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez sua primeira visita aos Países Nórdicos - Finlândia, Suécia, Dinamarca e Noruega - numa clara busca por novos parceiros .

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou os países nórdicos, região composta por Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega e Islândia (país não visitado pelo presidente). Na pauta da visita constam diversos assuntos entre eles às questões energéticas, ambientais e comerciais.

Desde o início do seu primeiro mandato em 2002, o governo brasileiro tem como meta de política externa a busca pela cooperação no eixo do sul. Porém, nesse dias iniciais do mês de setembro de 2007, ficou evidente que também se inclui na estratégia da política externa a busca pela diversidade de parceiros.

O tom da visita se deu na chamada “diplomacia do etanol”, já que o Presidente brasileiro tem tomado a expansão do biocombustível como uma das linhas de frente da sua atual política externa. Quando se trata de acordos com os países desenvolvidos, segundo palavras ditas anteriormente pelo próprio Presidente “Estes países teriam com o etanol uma chance de ‘reparação’ pela poluição que já produziram.”

No entanto, há controvérsias quando se trata da poluição, já que não apenas os carros são poluentes, as indústrias e os grandes desmatamentos também são responsáveis pela emissão de gases do

efeito estufa¹, sendo este último a origem da maior parte dos gases produzidos no Brasil.

A visita foi iniciada pela Finlândia, na sua chegada a capital Helsinque, o Presidente foi recebido pela Presidente Finlandesa, Tarja Halonen. A Finlândia é um país cuja tradição política conta com a participação de mulheres no cenário desde o início do século passado, quando foi instituído o sufrágio universal e seu atual sistema político.

Entre visitas ao Palácio Presidencial e ao Parlamento finlandês, instituição que comemora 100 anos de existência, foram também realizados encontros empresariais.

Neste sentido, realizou-se o Seminário Brasil-Finlândia sobre oportunidades de investimentos, em que participaram empresários dos dois países. Estavam presentes no encontro empresários brasileiros de diversos setores como: de biocombustíveis, de calçados e do agronegócio.

Segundo o Presidente Lula, no discurso de encerramento deste seminário, as trocas entre os países cresceram mais de 120% entre 2005 e 2006, e as complementaridade

¹ Dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs), hexafluoreto de enxofre (SF₆).

entre as economias devem ser melhor aproveitadas.

Para o presidente, além dos setores tradicionais de intercâmbio, devem ser criadas novas oportunidades, na ocasião o setor de celulose foi citado, como sendo tradicional no intercâmbio dos países, mas devendo ser renovado pelo desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a produção de etanol a partir da celulose.

Para isso o presidente reforçou o argumento de que a produção de biocombustíveis é benéfica para todos, já que seriam menos poluentes e geraram desenvolvimento para os países em desenvolvimento.

Justificando os investimentos no setor, Lula também tratou de rebater as críticas quanto a questão do desmatamento e da segurança alimentar. Segundo palavras de Lula estes não devem ser motivo de preocupações, uma vez que “é perfeitamente possível conciliar a produção de alimentos com a produção de biocombustíveis”.

A crítica que se faz sobre os biocombustíveis é que para produzi-los deverão ser desmatadas áreas de floresta, situação de produz gases poluentes. Além de que, em alguns casos o combustível é extraído de plantas que também servem de alimento, como a cana de açúcar e o milho e a exploração comerciais destas plantações para produção de combustível poderá causar danos à segurança alimentar dos países.

Seguindo seu roteiro a comitiva brasileira desembarcou na Suécia, dia 12 de setembro e, foi recebida pelo rei Carl Gustaf 16º e pela Rainha Silvia. Sendo a Suécia considerado um dos países mais interessado na tecnologia dos biocombustíveis, o presidente Lula teve facilidades em propor acordos sobre o tema e já desembarcou no país com um acordo prévio de cooperação nesta área.

Além deste acordo entre os países foi

debatida a possibilidade de criação de um mercado internacional de biocombustíveis.

O governo sueco na figura do seu Primeiro-Ministro, Fredrik Reinfeldt, garantiu o fim da sobretaxa do etanol brasileiro até janeiro de 2009. Segundo o Primeiro-Ministro esta ação deverá ajudar a constranger os demais países da União Européia (UE) a também diminuir as barreiras tarifárias. Uma vez que, sendo a Suécia parte do bloco, não pode unilateralmente abolir totalmente as tarifas.

Em contrapartida a visita brasileira o governo sueco preparou o “Dia do Brasil”, na abertura do seminário o tema dos biocombustíveis foi o foco principal do discurso do presidente brasileiro. E, tendo em vista que a Suécia é um dos países mais preocupados com as questões ambientais o entendimento entre os países foi facilitado pela coerência dos objetivos entre os países.

Seguindo sua viagem Lula chegou a Copenhague, Dinamarca, no dia 12 de setembro, e foi recebido pela Rainha Margrethe II e pelo Príncipe Henrik.

Na Dinamarca Lula foi apresentado ao modelo trabalhista flexível, que é utilizado naquele país. No entanto, para tal nível de flexibilização na legislação, só é possível em países, nos quais os sindicatos sejam fortes e exista um aparato de previdenciário sólido. Devendo ser acrescentado baixos níveis de desemprego, pois sem essas características é necessário o controle estatal, para que as relações de trabalho possam se manter favoráveis aos trabalhadores.

Seguindo com a proposta de divulgação dos biocombustíveis foi assinado com o Primeiro-Ministro da Dinamarca, Anders Fogh Rasmussen, um acordo de cooperação na área do etanol. Todavia, para Ministra do Meio Ambiente, Connie Hedegaard, a produção de etanol como é feita atualmente é concorrente com a produção de alimentos.

Neste sentido, o acordo assinado entre os países visa desenvolver tecnologias que possibilitem a produção de combustíveis utilizando o bagaço da cana-de-açúcar. O desenvolvimento desta tecnologia favorecerá ainda mais o aumento na produção. Na medida em que uma das maiores críticas à produção de etanol, está centrada na sua concorrência com a produção de alimentos, passando este a ser produzido do material não comestível da cana será superado um forte empecilho ao desenvolvimento do combustível.

Paralelamente a visita presidencial os Ministros das Relações Exteriores dos dois países mantiveram encontros concomitantes com a agenda presidencial. Nos quais foram debatidos questões comerciais, acordos ambientais e de energia, além das negociações sobre a Organização Mundial de Comércio e a reforma da Organização das Nações Unidas e um suposto assento no Conselho de Segurança da instituição.

Para encerrar a visita além dos encontros governamentais também foi realizado, na Confederação das Indústrias Dinamarquesa, um encontro entre os empresários dos países. O Presidente também esteve presente num encontro com a comunidade brasileira residente naquele no país.

Para cumprir a última etapa da viagem o presidente partiu para a Noruega, na tarde do dia 13 de setembro de 2007. Em Oslo, capital norueguesa, o presidente foi recebido pelo casal real, o Rei Harald 5º e a Rainha Sonja.

Conta da pauta da visita presidencial a Noruega o plano de reconstrução e estabilização do Haiti, o tema foi discutido na segunda edição do seminário “Brasil-Noruega: Paz, Reconciliação e Mediação”, o primeiro foi realizado em 2003 no Brasil. O objetivo do seminário é a troca de experiência dos países em áreas de conflito e reconstrução, o foco deste segundo encontro será presença brasileira

no Haiti a frente da MINUSTAH².

Realizou-se também um encontro empresarial denominado “Seminário Brasil-Noruega: um encontro de gigantes na área de energia”, que buscou incentivar a maior participação de empresas norueguesas no Brasil. O título do seminário se dá pelo fato da Noruega ser o quinto maior exportador de petróleo do mundo e o Brasil um dos maiores produtores de biocombustíveis e segundo os presidentes tal associação não é incompatível.

A parceria entre empresas norueguesas e brasileiras pode ser exemplificada por parcerias entre a Petrobras e a Statoil, na prospecção de petróleo bem como entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Norsk na produção de alumínio e mineração.

Outro tema que foi tratado em conversas com o governo da Noruega diz respeito a produção de pescados, já que a Noruega é um dos maiores exportadores de pescados do mundo. A experiência norueguesa poderá auxiliar no desenvolvimento de políticas para o setor, mesmo havendo entendimento entre a Especial de Aquicultura e Pesca e o governo norueguês não foi assinado nenhum acordo sobre o tema.

A visita do presidente brasileiro aos países nórdicos, além de ampliar o interse dos países no etanol, fortalecer o comércio de créditos de carbono e encontrar novos investimentos para o desenvolvimento de energias renováveis, tem especial importância no sentido de fortalecer e ampliar as relações bilaterais. Para o Brasil uma maior pluralidade de parceiros comerciais e investidores diminui os riscos e as vulnerabilidades do país frente a crises sejam elas econômicas ou mesmo de produção.

O comércio entre Brasil para com a região visitada, segundo o Itamaraty, chegou em

² Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, na sigla em francês.

2006, a U\$ 3,8 bilhões, o que significa um crescimento de quase 80% comparado com 2003. Contudo, isto representa apenas cerca de 1,7% do total das negociações do Brasil com seus parceiros. Ampliar o rol de parceiros comerciais, além de fortalecer o intercâmbio cultural e econômico, favorece o incremento no turismo e os possíveis intercâmbios para desenvolvimento de tecnologias.

Após esta série de visitas aos países nórdicos, o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, seguiu para a Espanha, retornando ao Brasil no dia 18 de setembro.

Referência

Sites :

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Estadão

<http://www.estadao.com.br/>

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

Terremoto no Peru

Resenha
Desenvolvimento
Lígia Franco Prados Mello
13 de setembro de 2007

No dia 15 de agosto de 2007, um terremoto atingiu a Costa Sul do Peru deixando grande número de mortos e feridos. O governo, organizações internacionais e outros países estão tentando juntos diminuir os problemas, advindos da catástrofe, e ajudar a população das áreas atingidas.

No dia 15 de agosto de 2007, o Peru sofreu um abalo sísmico de 7,9 graus na escala Richter¹, sendo este o pior terremoto da história recente do país. Segundo o Centro de Estudos Geológicos dos Estados Unidos, o tremor de dois minutos, registrado às 18:40 (20:40 de Brasília) teve o epicentro na costa do Peru, 150 km ao sul da capital, Lima, e a 47 km de profundidade. O terremoto deixou cerca de 200 mil desabrigados, mais de 500 mortos, além de mais 1.090 feridos.

As áreas mais afetadas pelo grande tremor foram as cidades de Pisco, Ica, San Vicente de Cañete e Chíncha Alta. O tremor pôde ser sentido também em Pucallpa, Iquitos, Contamana, Cajamarca, Trujillo e também na capital Lima. Em todas essas cidades casas desmoronaram, redes elétricas e linhas telefônicas foram cortadas.

A cidade de Pisco, localizada na costa sul do Peru, a 237km da capital Lima, foi a

mais afetada e ficou quase 80% destruída. No centro de Lima, onde há construções antigas, um prédio desabou e vários edifícios apresentam rachaduras, além de muitos vidros quebrados. O pânico foi geral e muitas pessoas se recusaram a passar a noite em locais fechados.

Devido ao fato de o tremor ter sido sentido também na Bolívia, Colômbia, Chile e Equador, foi gerado um alerta de tsunami que obrigou as autoridades de alguns países da América do Sul e Central a retirar pessoas que moram na orla de suas casas. O Centro de Advertência de Tsunamis do Havaí (Estados Unidos) confirmou num relatório que o terremoto gerou uma ressaca em frente à costa norte do Chile, do Equador e do sul da Colômbia, além do Peru. Minutos mais tarde, porém, foi suspenso o alerta de possíveis ondas gigantes no litoral americano.

Após o grande tremor, mais de 3000 réplicas (movimentos sísmicos subsequentes) foram registradas na costa centro-sul peruana. Destas, apenas 10% foram sentidas pela população, em Ica, Pisco, Chíncha e Cañete. Esses tremores subsequentes mantiveram os habitantes em constante angústia e com altos níveis de ansiedade. O governo peruano, já começou a enviar entre os grupos de ajuda psicólogos para dar suporte emocional aos desabrigados.

¹A Escala Richter é uma escala padrão usado para comparar terremotos. Trata-se de uma escala logarítmica, o que significa que os números na escala medem fatores de 10. Por exemplo, um terremoto que mede 4.0 na escala Richter é 10 vezes maior do que mede 3.0. Na escala Richter, qualquer abalo sísmico abaixo de 2.0 é chamado de microterremoto. Microterremotos ocorrem constantemente e não são sentidos pelas pessoas. Os terremotos moderados medem menos que 6.0 na escala Richter, e os acima dessa faixa podem causar graves danos. O máximo já medido foi de 8.9. Fonte: How stuff Works? (Disponível em: <<http://ciencia.hsw.uol.com.br/questao142.htm>>)

Além de toda a destruição física e do clima de tensão, o desastre natural traz algumas consequências para a economia do país. Após o terremoto, o Ministro da economia do Peru, Luis Carranza, declarou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deverá cair de 7,9% para 7,6% em 2007. A diminuição é de apenas 0,3% porque, apesar do terremoto ter parado o “boom exportador” da economia peruana, a região de Ica, cuja contribuição ao PIB é de 3,6%, a maior parte da produção mineral do Peru, motor da economia nacional, fica longe da zona do terremoto.

Assim, a despeito de outros problemas como um crescimento da taxa de desemprego e uma redução, de no mínimo 20%, das viagens turísticas para as áreas afetadas, a previsão é de que a economia peruana continue sendo uma das mais dinâmicas da América Latina.

O governo peruano está, então, buscando formas de minorar os prejuízos advindos da catástrofe. Carranza anunciou, segundo a BBC, que está avaliando com o ministro da Produção, Rafael Rey, a criação de um programa de créditos diretos do Fondepes (Fundo Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro) para pescadores artesanais, que integram um dos setores mais prejudicados pelo terremoto.

O governo também já lançou o programa de reconstrução das zonas afetadas, o qual foi denominado de “Construindo Peru”. O programa pretende empregar temporariamente milhares de trabalhadores oriundos dos locais atingidos. Esses trabalhadores vão receber uma ajuda do Estado para remover os escombros. O presidente do país, Alan García, declarou que o programa dará trabalho a 8.400 habitantes das zonas atingidas pelo terremoto.

Ademais, o presidente do Peru fez um apelo aos empresários para que antecipem seus investimentos na tentativa de superar as dificuldades econômicas, além de solicitar ajuda externa.

Algumas organizações internacionais e

países têm respondido aos pedidos de ajuda, enviando dinheiro, material sanitário, água potável, medicamentos e geradores de energia. O chefe do Instituto Nacional de Defesa Civil, Luis Felipe Palomino, pediu para que sejam enviados também alimentos, vacinas antitetânicas, antibióticos e analgésicos.

Entre as organizações que ajudaram o Peru estão a Oficina de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) que destinou 370 mil euros aos locais afetados; o Programa Mundial de Alimentos, que enviou 75 mil euros; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que também enviou 75 mil euros; a Cruz Vermelha, doou 186 mil euros e a Fundação das Nações Unidas para Crianças (UNICEF) enviou 370 mil euros.

Entre os governos que contribuíram estão: a Espanha que enviou um avião com mais incluindo material sanitário, medicamentos e geradores de energia. O governo estadunidense enviou 74 mil euros. O presidente da Bolívia, Evo Morales, foi até Pisco para entregar a doação boliviana de 12 toneladas de alimentos, Morales prometeu ainda doar 50% de seu salário para uma campanha de coleta de fundos para as vítimas peruanas e o vice-presidente, Álvaro García Linera, prometeu também doar metade do seu salário para essa campanha. A Comissão Europeia, por sua vez, ativou seu mecanismo de proteção civil e seu centro de informação para centralizar a ajuda dos países da União Europeia.

O governo brasileiro enviou por uma aeronave da Força Aérea Brasileira, duas toneladas e meia de hipoclorito de sódio 2,5% para a purificação de água, três toneladas e meia de 30 medicamentos diversos solicitados pelas autoridades peruanas, além de um avião com uma equipe de médicos e peritos.

O total de ajuda das organizações e países, no entanto, é quantitativamente pouco expressiva, tendo em vista o que seria necessário para reconstruir as áreas

destruídas. Além disso, existe uma questão que ficou evidente após o desastre, que é a debilidade do Estado peruano. Apesar do crescimento e dinamismo macroeconômico, falta capacidade de intervir, administrar e monitorar políticas públicas, principalmente no que tange a questões emergenciais. Há uma ausência de planejamento e estrutura do Estado para solucionar de maneira eficaz os grandes problemas trazidos e até para utilizar as ajudas recebidas.

A desordem com que chega a ajuda humanitária aos locais atingidos tem sido muito grande. Em Pisco, região mais afetada, moradores invadiram lojas, farmácia e padarias, devido a demora da chegada de ajuda. Saques aos escombros também têm sido recorrentes em todas as regiões atingidas. Há registros da invasão de uma farmácia por cerca de 40 pessoas, cansadas de esperar em uma fila, as mesmas teriam levado leite em ó, fraldas e medicamentos.

De acordo com Gabriel Darío Samudio, do Escritório para a Coordenação de Desastres Naturais da Organização das Nações Unidas (ONU), “há coisas nas quais avançamos, mas outras ainda necessitamos avançar muito mais, como a remoção de escombros, a localização das famílias, tratar de levar as crianças de novo às escolas e dar o que elas necessitam, como na parte nutricional por exemplo.”

Portanto, além de um aumento de ajuda internacional e da reprogramação de orçamentos para destinar recursos à reconstrução, por parte do governo peruano, é imprescindível que esse consiga monitorar a ajuda, para aumentar sua eficácia, fazendo com que ela chegue a todos os atingidos da mesma maneira.

<http://www.bbc.com/portuguese>

El Pais.es

<http://www.elpais.es>

El Peruano

<http://www.elperuano.com.pe>

Folha on-line

<http://www.folhaonline.com.br>

Ver também:

20/06/2006 – Alan García é eleito presidente do Peru.

Referência

Sites:

BBC Brasil

Presidente da Turquia acusado de ameaça à secularização

Resenha
Segurança

Luiz Fernando Damaceno Moura e Castro
18 de setembro de 2007

Antes de sua eleição, o Presidente turco Abdullah Gul já tinha gerado controvérsias em alguns setores da sociedade turca, principalmente entre as elites seculares e os militares da Turquia. Em uma tradição fortemente laica, alega-se que o presidente possa levar uma agenda islâmica para o governo do país.

No dia 28 de agosto de 2007, foi eleito na Turquia Abdullah Gul, primeiro presidente de tradição política islâmica a governar o país de forte tradição laica. A eleição foi efetivada após a terceira rodada de votos no parlamento, que foi a única a atingir o *quorum* necessário para eleger o Presidente do país.

Na Turquia, o sistema político é parlamentar, dividido em Executivo, Legislativo e Judiciário. O Executivo é representado pelo Chefe de Estado, nomeado Presidente, que é eleito com dois terços dos votos, pela Grande Assembléia Nacional (*Meclis* – “O Parlamento”) para um mandato de sete anos. Ele pode dissolver o Legislativo e convocar novas eleições, além de ser o chefe das forças armadas.

O poder executivo é exercido pelo Primeiro Ministro (*Başbakan*), eleito por um voto de confiança do parlamento e pelo Conselho de Ministros (*Bakanlar Kurulu*). O cargo de primeiro ministro depende da obtenção da maioria das cadeiras no Parlamento por um partido ou coalizão.

O poder Legislativo é exercido pela Grande Assembléia, com 550 assentos que representam 81 províncias. As eleições são proporcionais, e há uma cláusula de

barreira¹ de 10% dos votos nacionais em um sistema multipartidário.

O Judiciário é independente de acordo com a constituição da Turquia, dessa maneira, não existem órgãos que possam interferir nas decisões promulgadas. Todas as cortes são abertas ao público e não existe júri popular.

A vitória do *Adalet ve Kalkınma Partisi* (AK, Partido da Justiça e Desenvolvimento) no Parlamento, com a conquista da maioria das cadeiras em 22 de julho de 2007, foi o que permitiu a vitória de Gul na corrida à presidência. Com sua eleição, o partido de raízes islâmicas teria o controle do legislativo e do executivo, condição que ameaçaria, segundo algumas esferas da sociedade, a secularidade do país.

A eleição do presidente Gul gerou controvérsia em decorrência de sua história na política islâmica. Nascido em 29 de outubro de 1950, Gul foi membro da União Nacional dos Estudantes da Turquia durante sua vida universitária, organização de forte cunho islamista-nacionalista.

De 1991 a 1995, foi eleito como membro do parlamento turco pelo partido *Refah Partisi*

¹ Uma cláusula de barreira impede que um partido participe do processo eleitoral sem conseguir um mínimo de votos nas eleições anteriores.

(RP, Partido do Bem Estar Social) e do seu sucessor o *Fazilet Partisi* (FP, Partido da Virtude), ambos banidos do cenário político do país por violações da constituição, principalmente ligadas ao princípio de secularismo.

Abdullah Gul foi nomeado Primeiro Ministro em 2002, quando o AK conseguiu maioria mas seu líder, Recep Tayyip Erdoğan, não pôde assumir temporariamente por ter tido sua participação banida. Erdoğan não pode assumir por causa de uma condenação que lhe rendeu dez meses de prisão por incitar “ódio religioso”, quando leu um poema modificado em um discurso político. O poema fazia menção ao exército turco, porém Erdoğan o havia modificado de maneira a relacioná-lo à crença islâmica.

Em 2003, Erdoğan retorna à vida política e assume o cargo de Primeiro Ministro, nomeando Gul como Ministro das Relações Exteriores.

Além de sua história política ligada a movimentos islâmicos, a crítica feita à eleição de Gul decorre do próprio partido AK. O partido é acusado de manter uma agenda islâmica, associada às suas raízes na comunidade religiosa e à afiliação de alguns de seus membros aos partidos islâmicos, banidos do cenário político, como o próprio Gul.

A república foi instituída após os confrontos da I Guerra Mundial e a dissolução do Império Turco Otomano, com o movimento revolucionário de Mustafa Kemal Atatürk, General do extinto exército Otomano, que foi o primeiro presidente do país. Assim, desde seu estabelecimento, em 1923, a Turquia segue uma forte tradição secular. Mesmo que atualmente a maioria da população siga o islamismo, o país não tem religião oficial, dessa maneira assuntos fora da esfera doméstica devem ser abordados de forma secular, seguindo o princípio liberal

de laicismo².

O preâmbulo da constituição atual, ratificada em 1982, destaca a secularização como o principal pilar dos princípios fundadores do Estado e da sociedade turca³, condição que repercute em toda a sociedade.

Os militares temem tanto pela secularidade do país, por esse fator representar parte da identidade da Turquia moderna como nação. Atatürk introduziu reformas profundas na sociedade, que incluíam a emancipação das mulheres, um código legal nos moldes ocidentais e por fim a abolição de instituições islâmicas.

A eleição de Gul à presidência do país gerou desconforto essencialmente nos setores que se colocam como responsáveis pela manutenção dos princípios apontados pela constituição. Dessa maneira, a elite dirigente turca, assim como os militares, não hesitam em anunciar que uma intervenção em nome dos princípios constitucionais do Estado laico seja possível.

Um exemplo é a polêmica em torno da vestimenta usada pela mulher de Gul. Ela seria a primeira Primeira Dama a utilizar o *hijab*⁴, fato que ainda é complicado pela proibição da utilização de símbolos religiosos em instituições públicas.

Depois de eleito, Gul procurou demonstrar uma posição conciliatória em relação às críticas que recebeu. Alega que, como presidente, agirá em concordância

² Em turco *laiklik*, é a linha pela qual se expressa a liberdade de culto e de pensamento que guia o princípio dos Estados liberais, que são seculares mas não tem nenhum tipo de hostilidade em relação a religião.

³ “... as required by the principle of secularism, there shall be no interference whatsoever by sacred religious feelings in state affairs and politics ...”

⁴ Véu utilizado por algumas mulheres de religião islâmica para cobrir os cabelos. É importante notar que o uso do véu não é instituído como obrigação religiosa a todas as mulheres.

com a sua posição e que vai aderir aos princípios seculares do país.

Uma questão central na administração de Gul será a discussão acerca entrada da Turquia na União Européia, já debatida por seus antecessores, mas que não atingiu os fins desejados. Além disso, Gul tem ainda pela frente a questão do Chipre, um dos principais entraves para a adesão do país à União Européia e os problemas relacionados à população Curda que habitam o leste da Turquia.

O futuro da vida política da Turquia pode ficar mais instável com a eleição do novo presidente. O setor militar tolerava a presença do AK no governo sem maiores críticas, porém mantendo constante vigilância sobre suas ações. No entanto, após a escolha de Gul para a presidência do país as ações do setor militar, aliado a elite secularista podem tomar rumos ligados a políticas menos conciliatórias. Gul tem maioria no parlamento, mas precisa da aliança com os outros setores da sociedade para facilitar a elaboração e implementação de suas políticas.

A situação na Turquia aparenta ser tensa apenas no plano interno, já que não houve grande repercussão da eleição do presidente nos debates sobre o processo de entrada da Turquia na União Européia. O país tem tido sua entrada barrada por uma série de motivos, incluindo questões ligadas ao desrespeito de normas de direitos humanos, assim, não parece que a religião do líder do país possa ser um problema, desde que ele aja em correspondência aos princípios liberais e seculares que, na Turquia, formam a coluna vertebral da constituição do país.

Referência

Sites:

Página da presidência da Turquia

http://www.cankaya.gov.tr/eng_html

</gorev.html>

Constituição da Turquia

<http://www.byegm.gov.tr/mevzuat/anayasa/anayasa-ing.htm>

BBC News

<http://news.bbc.co.uk>

Hurriet – jornal turco em inglês

<http://www.hurriyet.com.tr/english/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profª. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Carolina Maia; Anna Claudia Menezes; André Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes; Marina de Faria;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

